

CAPÍTULO IV: ANTIGUIDADE CLÁSSICA - ROMA

Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi

Introdução

O estudo sobre a História de Roma deve ser iniciado com discussões a respeito das fontes que já foram feitas anteriormente. No entanto, neste capítulo, será analisada a especificidade das fontes e algumas metodologias de abordagem documental para escrever a História da Sociedade Romana. Para tanto, far-se-á uma discussão rápida sobre as tendências historiográficas dos últimos dois séculos e a produção sobre a Antiguidade Clássica. Este diálogo com a historiografia está diretamente relacionado às concepções de fontes utilizadas para se escrever a História de Roma.

A consciência da distância temporal e espacial existente entre a nossa sociedade e a Sociedade Romana, antiga ou moderna, é um dos elementos fundamentais para o estudo de Roma Antiga.

Muitas são as constantes referências contemporâneas sobre as identidades da sociedade ocidental com a Sociedade Romana na Antiguidade. Dentre os principais elementos que geram esta relação de identidade estão as origens da religião cristã e da Igreja Católica, os fundamentos do Direito, as bases e as estratégias militares, as práticas políticas e a organização da República, a administração de cidades, os complexos de distribuição de água e de saneamento urbano, o conceito de imperialismo, e muitas outras referências.

São fundamentais essas duas discussões, pois há o questionamento constante e atual sobre a necessidade de se estudar História Antiga no Brasil. Qual História Antiga deve ser estudada? Nesta relação de identidade, nos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) se apresenta a necessidade de se estudar a antiguidade da América que é a nossa referência. Nesta relação espacial, o questionamento sobre a importância do estudo da Sociedade Romana se dá, principalmente, no que diz respeito às suas aproximações

e aos seus distanciamentos com o Brasil. Na relação temporal, a consciência do distanciamento de dois a três mil anos também é de suma importância para que se faça a análise da utilização de determinadas fontes documentais para o estudo da História da Roma Antiga.

O estudo da História de Roma, assim como da Antiguidade, deve partir, neste sentido, da concepção de documento e de fonte que o historiador tem adotado no decorrer do tempo. Esta concepção tem que ser analisada em seus vários momentos históricos. A concepção de História e sobre a escrita da História para os romanos antigos, assim como esta mesma concepção no decorrer do tempo desde então, sofreu muitas mudanças. Estas mudanças foram determinantes na sobrevivência de muitas fontes que hoje são usadas para se escrever a História sobre a Sociedade Romana.

Segundo Moses Finley, em sua obra *História Antiga: Testemunhos e Modelos*, o campo da história social, incluindo a História Antiga, está constantemente em transformação (p. 4). O autor fundamenta a sua afirmação com a indicação de dois elementos: as alterações nos volumes de dados que o historiador utiliza como fontes históricas assim como as técnicas e tecnologias aplicadas ao estudo destas fontes.

Para Finley, a combinação destes dois elementos faz com que a escrita da História esteja em constante mudança e que cada discurso historiográfico é resultado do presente em que este foi construído. Segundo o autor, “todo historiador tem uma ‘experiência histórica’ maior que a de seus predecessores, por mais destacados que estes tenham sido.” (p. 5).

Esta afirmação demonstra que o historiador tem que ter consciência de que a escrita da História deve ser analisada segundo as formas de pensar o conhecimento histórico e como este foi elaborado, quais foram as fontes históricas e as tecnologias aplicadas para a construção deste conhecimento.

Deve-se, portanto, pensar as relações existentes na historiografia quanto às fontes históricas e as suas abordagens. Estas relações estão intrinsecamente ligadas à função social da História. Esta função social está diretamente relacionada à necessidade de manutenção do passado para a construção de uma identidade no presente. A construção historiográfica

sobre a Sociedade Romana não foge a esta lógica. As identidades e as diversidades que estão presentes entre nós e os romanos antigos são refletidas nos discursos historiográficos que são produzidos.

Le Goff, ao falar sobre a função social da História, faz uma referência a um dos fundadores dos *Annales* e sua concepção sobre o passado e a História:

“[A] interação entre passado e presente é aquilo a que se chamou a função social do passado ou da história. Também Lucien Febvre [1949]: ‘A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história’.” (1992, p. 26)

Portanto, não se pode pensar a História de Roma e as possíveis fontes para a sua construção sem ter clara a relação presente-passado. Esta relação será determinante na definição de fontes e metodologias, assim como será determinada pelas identidades e diversidades sociais.

É importante, neste momento, resgatar etimologicamente o conceito de fonte que tem a sua origem no latim *fons* que significa fonte de alguma coisa, origem. Segundo Funari, o uso da palavra remete à uma metáfora para fazer alusão à capacidade de “jorrar” informações históricas do documento a ser estudado pelo historiador (2005).

Da mesma forma, como já foi anunciado anteriormente, o conceito de História deve ser entendido nesta relação presente-passado. Pensar sobre as fontes documentais para o estudo da História de Roma, no presente, remete diretamente uma reflexão sobre as várias concepções de História no decorrer do tempo e do espaço desde meados do primeiro milênio antes de Cristo até nossos dias.

Sendo Roma o objeto deste capítulo, é importante a síntese sobre a concepção dos romanos sobre a História apresentada por Jacques Le Goff:

“A mentalidade histórica romana não foi muito diferente da grega, que aliás a formou. Políbio, o mestre grego que

iniciou os romanos no pensamento da história, vê no imperialismo romano a dilatação do espírito da cidade e, perante os bárbaros, os historiadores romanos exaltarão a civilização encarnada por Roma que Salústio exalta perante Jugurta, o africano que aprendeu em Roma os meios de a combater, a mesma que Tito Lívio ilustra perante os selvagens de Itália e os Cartagineses, esses estrangeiros que tentaram reduzir os Romanos à escravatura, como os Persas o tinham tentado com os Gregos, que César encarna contra os Gauleses, que Tácito parece abandonar no seu despeito anti-imperial para admirar esses bons selvagens bretões e germanos, que ele vê com os traços dos antigos romanos virtuosos, anteriores à decadência. Com efeito, a mentalidade histórica romana é – como o será mais tarde a islâmica – dominada pela nostalgia dos costumes ancestrais, do *mos maiorum*.” (LE GOFF, 1992, p. 63)

Esta síntese reflete os usos do passado presente nas várias experiências de escrita da História de Roma pelos próprios romanos. A História para os romanos está diretamente vinculada à construção de uma identidade que se inicia com a expansão territorial de Roma no período de transição da Monarquia para a República. É com a guerra contra os cartagineses que as exaltações sobre os feitos romanos começam a ser uma preocupação para a escrita de uma História de Roma. Políbio, como cita Le Goff, é um dos principais responsáveis pela construção desta identidade histórica dos romanos que relaciona presente- passado.

Desta mesma forma, os interesses dos vários presentes sobrepostos nos últimos dois mil anos levaram à manutenção, ou não, das fontes que hoje são utilizadas para a construção dos discursos históricos sobre Roma.

A seguir, serão analisados os dois últimos séculos e suas influências na historiografia no que diz respeito às concepções de fontes e às produções de discursos históricos sobre a Sociedade Romana.

História de Roma e o século XIX

O Positivismo histórico

A História, para o positivismo, era vista como uma ciência objetiva. Todo fato histórico deveria ser pensado a partir de uma perspectiva de comprovação empírica, ou seja, a partir de sua existência real. Para construir o conhecimento histórico, os positivistas pregavam a utilização de documentos para se obter o máximo de informações possíveis sobre o fato histórico. Na análise dos documentos, para os seguidores desta corrente histórica, o historiador deveria abster-se de juízos de valores na análise dos fatos. Para fundamentar estas análises, os documentos utilizados deveriam ser os documentos oficiais, principalmente textuais.

Fustel de Coulanges (1830-1889) foi um dos historiadores sobre a Antiguidade mais representativos desta corrente. Escreveu o clássico *A Cidade Antiga* (1864) que analisa a organização das cidades de Roma e de Atenas. Em sua concepção sobre a História, Coulanges (1965) afirma que a "História não é arte, mas uma ciência pura (...) a busca dos fatos é feita pela observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas".

A objetividade, a minuciosidade, o detalhe e a dedicação impessoal são as principais características da Escola Positivista no que tange o estudo da História no século XIX e no início do XX. Ainda segundo Fustel de Coulanges, "a habilidade do historiador consiste em retirar dos documentos o que convém e nada a acrescentar... A leitura dos documentos de nada serviria se fosse feita com idéias pré-concebidas" (Fustel de Coulanges apud LEGOFF, 1992, p. 96).

O papel do historiador segundo esta escola, é buscar e escrever "aquilo que realmente aconteceu" (Leopold von Ranke apud FINLEY, 1994, p. 64). As fontes documentais são caracterizadas por serem documentos escritos que retratam os fatos históricos e são sinônimos de História. Cabe ao historiador, como cientista, extrair a história condensada, escondida, nestes documentos. O discurso histórico é resultante de erudição científica pois todo historiador, principalmente o da Antiguidade, deve ter um conhecimento aprofundado da linguagem utilizada nos documentos, principalmente o latim e o grego. Este conhecimento erudito e filológico

permite a execução de uma sólida crítica interna que resulta na escrita da História-Verdade.

A maioria dos documentos utilizados por estes historiadores foram os clássicos literários amplamente conhecidos e usados na educação da elite europeia do século XIX. A arqueologia não é considerada como fonte histórica, mas apenas um subsídio para ilustrar e comprovar o que os documentos textuais relatam.

Alguns dos historiadores que se destacaram nesta corrente e que são considerados clássicos para o estudo do período são Theodor Mommsen, que escreveu *História de Roma*, o já citado Fustel de Coulanges, que escreveu *A Cidade Antiga* e Edward Gibbon, que escreveu o clássico *A História do Declínio e Queda do Império Romano*.

Segundo Peter Burke, este último historiador faz parte de um grupo inovador das abordagens positivistas:

Alguns deles dedicaram-se à reconstrução de comportamentos e valores do passado, especialmente à história do sistema de valores conhecido como “cavalaria”; outros à história da arte, da literatura e da música. Por volta do final do século, esse grupo internacional de estudiosos havia produzido um conjunto de obras extremamente importante. Alguns historiadores, como Edward Gibbon em seu *Declínio e Queda do Império Romano*, integraram à narrativa dos acontecimentos políticos esse novo tipo de história sociocultural (1992, p. 12).

O Século XX e os novos caminhos da História de Roma

Em relação às correntes historiográficas predominantes no Século XX, serão tratadas as duas tendências mais significativas: o Materialismo Histórico e a decorrente dos *Annales*. Neste tópico, estas correntes serão analisadas quanto às concepções de História, de fontes e a sua função social. Neste momento, não há o intuito de aprofundamento destas tendências.

Materialismo Histórico

O Materialismo Histórico é decorrente das teorias de Karl Marx, filósofo do século XIX, e de Friedrich Engels, seu contemporâneo. Nesta teoria, a concepção de homem está diretamente vinculada ao conjunto das suas relações sociais. Desta forma, todo conhecimento é resultante das práticas sociais do sujeito em seu contexto. Os homens são produtores, agentes de sua própria História, limitados pelas condições estabelecidas e transmitidas pelas gerações anteriores.

A História, na concepção do Materialismo Histórico, é produto da atividade do homem através das relações do homem com a natureza e entre os próprios homens. Estas relações, o Materialismo Histórico denomina de modo de produção. Esta relação de interdependência se baseia está estabelecida entre a “base real”, ou “existência social”, ou **estrutura** da sociedade, e a consciência humana dos sujeitos, ou as “formas ideológicas”, ou **superestrutura**.

Marx desenvolveu uma concepção da História, relacionando o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é organizada. Este modo de produção determina a organização política e das representações intelectuais de uma determinada época. Desta forma, a distribuição de classes ou grupos sociais não pode ser separada das relações de produção existente entre estes grupos. O espaço social dos indivíduos, portanto, é composto por um complexo de sentimentos e imagens, assim como suas reações representam um simbolismo espacial que envolve o indivíduo e o grupo ao qual ele pertence. Em síntese, cada classe social tem as suas formas de agir, pensar e reagir na sociedade de acordo com as suas relações de produção.

Portanto, para o Materialismo Histórico, os interesses de classes influenciam a produção de conhecimento dos homens. A História é resultante desta contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Esta relação é, para os seguidores de Marx, o motor da História.

Aliadas às teorias do Materialismo Histórico, as propostas da Hermenêutica contemporânea também passam a ser essenciais para a construção do conhecimento histórico. Nesta perspectiva, não se deve confundir o **passado** (acontecimentos ou fatos intangíveis) com o **relato**

do passado (representação ou narrativa do fato ou acontecimento) (FUNARI, 1985, p. 4).

Diferente das propostas positivistas, o sujeito produtor de conhecimento não se exime das influências sociais no processo de interpretação dos documentos históricos. Todo conhecimento produzido é decorrente de suas formas de agir, pensar e reagir na sociedade de acordo com as suas relações de produção, ou seja, o seu papel social.

Para esta tendência, o historiador deve ser o principal crítico social do presente. É ele que “faz” a História. Esta História deve levar ao desenvolvimento crítico sobre o Homem como agente transformador. Para tanto, é necessário que se analise historicamente os modos de produção, os conflitos entre as classes sociais e os interesses de grupo historicamente constituídos. A História de Roma foi amplamente utilizada por esta tendência. Principalmente no que diz respeito às relações escravistas, os movimentos sociais e as práticas imperialistas. Estes dois aspectos, no Materialismo Histórico, foram fundamentais para o estudo de Roma.

Alguns historiadores são fundamentais para entender a História de Roma sob esta perspectiva. O russo Mikhail Ivanovich Rostovtzeff (1870-1952), que escreveu *História Social e Econômica do Império Romano* e *História de Roma*, entre outros, é uma das grandes referências clássicas para se estudar a Sociedade Romana. Suas obras trazem uma riqueza de citações das fontes textuais e apresentam uma grande inovação quanto à utilização das fontes arqueológicas na construção de seu discurso histórico.

Há também o inglês Perry Anderson (1938) que escreveu a clássica obra *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Esta obra analisa a transição do escravismo romano para o feudalismo medieval e discute a tese sobre a crise escravista como origem da crise da Sociedade Romana.

Outro historiador que escreveu sobre Roma na perspectiva do Materialismo Histórico é o húngaro Géza Alföldy. Sua obra de referência para o estudo da Sociedade Romana é *História Social de Roma*. Esta obra apresenta uma análise das mudanças sociais romana ao longo de um milênio, da República ao Império Romano, a partir dos seus aspectos econômicos e sociais.

Muitos outros autores poderiam ser citados vinculados a esta corrente historiográfica. No entanto, a ínfima nomeação dos autores citados acima pode representar uma visão das formas que Roma assume no Materialismo Histórico.

O que vale ressaltar quanto às concepções fontes nesta tendência é a ampliação do uso de fontes literárias e o aumento das fontes arqueológicas. As formas de abordagem destas fontes, no entanto, sempre são nas perspectivas econômicas e sociais como nos exemplos citados anteriormente.

Dos Annales à História Cultural

Esta corrente está baseada na trajetória de uma revista francesa que sofreu algumas alterações em sua denominação desde 1929. De "Annales d'Histoire Économique et Sociale", como foi fundada em 1929, passou a ser denominada "Annales d'Histoire Sociale" em 1939, e depois "Annales. Économies, Sociétés, Civilisations" em 1946. Finalmente recebeu o título "Annales. Histoire, Sciences Sociales" em 1994 e permanece assim até os nossos dias. Esta corrente passou a ser denominada, a partir de 1979, como "Nouvelle Histoire", ou História Nova.

Decorrente das mudanças ocorridas a partir da década de 80, a diversidade teórico-metodológica adotada levou à corrente historiográfica conhecida como História Cultural. Assim como nas correntes anteriores, não serão aprofundados os fundamentos teóricos desta corrente. Até por que, diferentemente das tendências anteriores, esta corrente contém uma diversidade teórica abrangente que se caracteriza pela interdisciplinaridade.

No que diz respeito à História de Roma, poucos estudos podem ser destacados da década de 30 até a década de 70 vinculados aos *Annales*. No entanto, alguns dos historiadores das duas primeiras fases da revista fazem referências em seus estudos sobre as formas de abordagens utilizadas por historiadores da Antiguidade mas não as estuda diretamente. Um dos mais importantes é Fernand Braudel, que em sua obra *O Mediterrâneo* se vale de recursos adotados por Edward Gibbon, segundo Burke:

Mesmo assim, eles são carregados pela corrente. Numa de suas mais famosas análises, Braudel examina o império de Felipe II como uma “colossal empresa de transporte terrestre e marítima”, que “se exauriu por sua própria dimensão”, e não poderia ser diferente numa época em que “cruzar o Mediterrâneo de norte a sul levava uma ou duas semanas”, enquanto atravessá-lo de leste a oeste “dois ou três meses” (Ibid., p. 363). A observação lembra o veredicto de Gibbon sobre o Império Romano destruído pelo seu próprio peso e suas afirmativas sobre geografia e comunicações, no primeiro capítulo do Declínio e Queda. (1992, p. 34)

Portanto, até a década de 70, poucos historiadores vinculados aos *Annales* têm como objeto de estudo a Sociedade Romana. Um dos mais representativos, Paul Veyne (1930), escreve *O pão e o circo* (1976). Esta obra aborda as práticas evergéticas romanas e tem como objeto de estudo as práticas sociais romanas. Nesta obra, o autor também se vale das influências sociológicas de Max Weber e usa a idéia dos tipos ideais para fundamentar a sua análise da Sociedade Romana. Também escreveu *A Sociedade Romana* (1991) em que o foco de abordagem são a estrutura social, a economia, o direito e a mentalidade dos romanos. Além de participar da coleção organizada por Phillipe Ariès e George Duby, *História da Vida Privada*, no primeiro volume intitulado *Do Império Romano ao Ano Mil*. Esta coleção assume muitas das características da chamada terceira geração da Escola dos *Annales* que aborda, entre outras temáticas, a vida cotidiana e privada da sociedade estudada, deixando de lado os aspectos políticos, econômicos e factuais presentes nas abordagens das tendências anteriores.

As fontes utilizadas por Veyne são as literárias e as arqueológicas, equiparando-as em importância para a escrita da História de Roma.

As concepções de fontes e de História presentes nestas abordagens sobre a Sociedade Romana seguem o que apresenta Jacques Le Goff:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a

habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. (...) Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (1992, p. 89)

A partir destas novas características historiográficas, aqui citadas de maneira ínfima e meramente exemplar, percebe-se o alargamento do universo de temas e das abordagens sobre a Sociedade Romana nas últimas décadas do século XX. Esta abrangência tem cada vez mais demonstrado a necessidade de se revisitar as fontes sobre a História de Roma e de se fazer novos questionamentos sob as luzes das teorias antropológicas, sociológicas, lingüísticas, arqueológicas e muitas outras. As possibilidades variadas das tipologias das fontes históricas demonstram as potencialidades de novas abordagens e de novas problematizações sobre a Roma Antiga.

Estas possibilidades teórico-metodológicas decorrentes das mudanças historiográficas recentes demonstram que o leitor-historiador da Sociedade Romana deve ser incentivado a tratar tanto de assuntos comuns como de questões pouco usuais, a confrontar opiniões divergentes sobre o mesmo documento e formar sua própria interpretação. Não se deve reforçar os modelos e os paradigmas vigentes, mas encorajar a proliferação crítica de interpretações. As raízes da explicação histórica encontram-se, sempre, no presente, nas sociedades e culturas de determinados períodos, nas quais se insere o historiador. Portanto, assim como todo o conhecimento histórico, a História de Roma está para ser revista, revisitada, repensada, reescrita às novas luzes das teorias e metodologias historiográficas da História Cultural.

Possibilidades para a História de Roma

Tendo apresentado brevemente os problemas quanto às concepções de fontes e as correntes historiográficas do século XIX ao Século XXI, vale ressaltar a necessidade de localizar as possibilidades

documentais para se estudar a História da Sociedade Romana. Para tanto, utilizar-se-á as divisões cronológicas tradicionais para apresentar as referências das fontes para cada período da História de Roma. No entanto, vale a pena ressaltar que esta proposta ficará prejudicada, pois será possível perceber uma das maiores dificuldades presentes nas fontes históricas para o estudo da Antiguidade: esta carece de continuidade e padronização de suas tipologias. Estas características das fontes documentais para o estudo de Roma geram lacunas e problemas para a abordagem de determinadas problematizações cronológicas e temáticas.

O Período Arcaico: Monarquia ou Realeza Romana

Espacialmente e temporalmente, a delimitação de abordagem da Monarquia ou Realeza romana está limitada na região do Lácio, na península itálica, no início do I milênio a.C.

Há muitas discussões sobre as lacunas existentes no estudo deste período da História de Roma devido às fragilidades existentes em relação às fontes históricas utilizadas.

Para o positivismo, o estudo político e factual deste período foi baseado nos documentos escritos

produzidos pelos romanos ao final do período republicano e início do Principado. Através dos relatos de Vergílio, em *Eneida* (19 a.C.), e Tito Lívio, em *História de Roma (Ab Urbe Condita libri)* (19 a.C.), as origens de Roma são fundamentadas pela memória coletiva representada, principalmente, pelos mitos de origem.

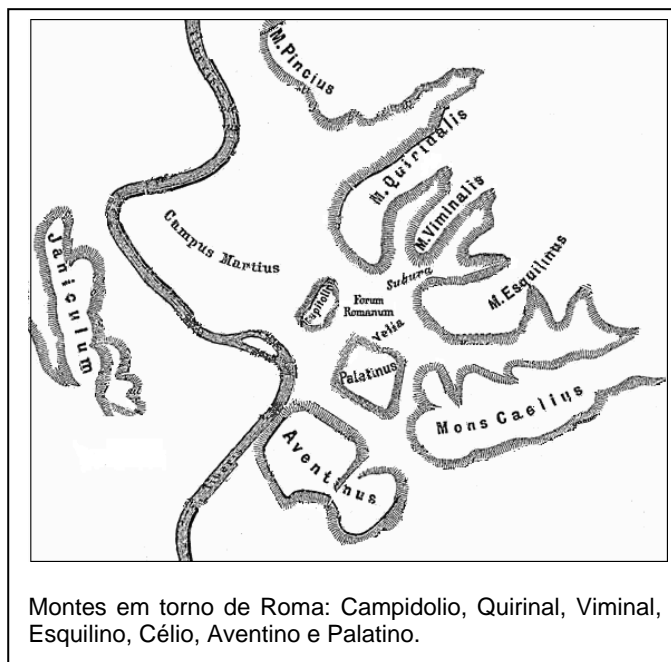
Muito do que se conhece através da História deste período foi influenciado pela visão historiográfica do século XIX. No entanto, há grandes avanços sobre os estudos das origens de Roma e dos povos



visinhos com a incorporação gradativa e fundamental dos estudos arqueológicos desenvolvidos a partir do século XIX.

As escavações nos arredores de Roma e na própria cidade de Roma possibilitaram a exploração da documentação arqueológica sobre as influências etruscas na constituição da *Urbs* e da própria Sociedade Romana. Os vestígios dos artefatos de metais, de cerâmicas, das rústicas residências, das urnas funerárias, dos templos primitivos e inscrições latinas estão proporcionando uma revisão dos estudos sobre as origens de Roma. Esta revisão faz com que a produção historiográfica sobre o período monárquico esteja aberta a novas possibilidades e investigações históricas.

Especialmente, a região em que Roma se desenvolveu é denominada *Septimontium*, ou seja, região entre os sete “montes” que são



as elevações do Palatino, do Esquilino e do Célio, juntamente com o *pomoerium* (recinto sagrado) à sua volta. A essa área agregou-se a povoação existente nos montes Quirinal e Viminal. Dentro dos limites dessa cidade situavam-se o Fórum, ou praça do

mercado, e o Capitólio, a fortaleza central localizada no monte Capitolino (ou Campidólio). Do Capitolino até as margens do Rio Tibre, se estende o Campo de Marte.

Os povos vizinhos que estavam em contato direto com Roma e que influenciaram o seu povoamento foram os etruscos, úmbrios, latinos, sabinos, volscos e samnitas. Também há a possibilidade de influência de povos externos à província itálica como os gregos, os fenícios, os samnitas e os celtas.

As escavações arqueológicas no subsolo romano e em toda a região da *Urbs* proporcionaram nas últimas décadas um grande avanço no estudo histórico sobre o período. No entanto, muito ainda está para ser feito.



Fonte: Museu da Civilização Romana (Museo della Civiltà Romana)
Sala XVIII: Maquete da Roma arcaica

O Período da República Romana

O período correspondente à chamada República Romana corresponde por volta de 500 anos. É um período caracterizado por grandes mudanças na Sociedade Romana. A sua configuração territorial sofre alterações drásticas e definitivas. A historiografia caracteriza o início deste período com a expulsão dos etruscos de Roma.

As informações históricas para esta determinação, assim como a maioria das informações do período anterior, são baseadas nos relatos de romanos a partir do III século a.C. Poucos são os relatos sobre a República, produzidos no mesmo período, que sobreviveram. Também é possível estudar este período através da coletânea de inscrições latinas do V século a. C. ao V século d.C. publicadas no *Corpus Inscriptionum Latinarum* publicado pela Loeb Library da Universidade de Harvard, distribuído em quatro volumes. Estas inscrições são decorrentes de escavações arqueológicas. As fontes arqueológicas são as mais abundantes para o estudo dos primeiros séculos da República romana. As

fontes textuais e literárias para o estudo da República devem ser analisadas tendo como marco divisor as Guerras Púnicas, guerra entre os romanos e os cartagineses.

Dentre as fontes históricas textuais que são utilizadas para o estudo da República romana, serão apresentadas algumas possibilidades.

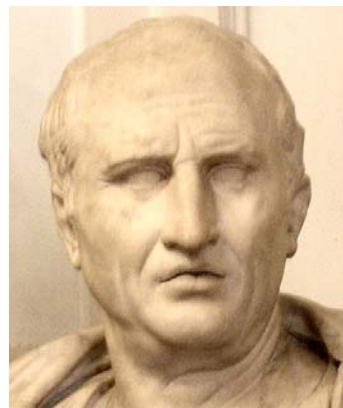
O historiador grego Políbio (210 a.C. – 130 a. C.), da cidade de Megalópolis na Arcádia, escreveu a obra *História do Mediterrâneo* que aborda o período de 264-146 a. C. Políbio viveu na República Romana e foi preceptor de Cipião Africano, general romano que liderou a Terceira Guerra Púnica que é datada de 171 a 168 a.C. Esta obra foi escrita com informações que Políbio coletou nos arquivos públicos romanos e também baseado na tradição romana. O seu principal objetivo era explicar aos gregos as razões da ascensão de Roma (HARTOG, 2001, p. 113-115). A metodologia de escrita de Políbio se fundamenta na tradição grega de valorizar o testemunho contemporâneo e a História recente. Políbio narra os acontecimentos da sua geração e os acontecimentos da geração imediatamente anterior. Sua concepção de História é de uma seqüência lógica de causas e efeitos. A sua obra se fundamenta na análise crítica das fontes existentes e da tradição romana, descrevendo com os acontecimentos e as motivações e valores que os motivam. Seu objetivo é a constituição de uma visão global dos acontecimentos e não uma simples cronologia de fatos. Esta obra é uma das principais fontes para se estudar o segundo século a.C. e os caminhos de Roma no período das Guerras Púnicas.

Se os historiadores que registraram as ações antes de nós negligenciaram o elogio da própria história, talvez seja necessário exortar todos à escolha e aceitação das memórias, por não haver nenhuma oportunidade de melhoramento mais acessível aos homens que a ciências das ações do passado. (Políbio, 3.1)

Outro historiador que escreve sobre o final da República é Salústio (86-35 a.C.) narra os acontecimentos políticos finais do último período republicano de Roma. Salústio é considerado o introdutor da história filosófica na historiografia latina. Suas obras mais conhecidas são A

Conspiração de Catilina, escrita em 43-42 a.C., *A Guerra de Jugurta*, escrita de 41-40 a.C. e *História* (39 a.C.), que são narrativas históricas de fatos acontecidos em Roma (78-67 a.C.).

Marco Túlio Cícero (106 – 43 a.C.) é uma das principais referências para o estudo do final da República. Suas obras discorrem sobre vários temas e são fontes históricas fundamentais para muitos temas de estudo sobre a Sociedade Romana. Cícero escreveu sobre vários assuntos e muitas de suas obras permaneceram. Dentre os temas que foram abordados por Cícero estão as leis, a política, a oratória,



Busto de Marco Túlio Cícero
(Fonte: Museu Capitolino)

a religião, a filosofia e muitos outros. Algumas de suas obras mais importantes são *Da República*, *Das Leis*, *Sobre a adivinhação*, *Sobre a natureza dos Deuses*, *Sobre a Oratória*, *Sobre a Amizade*, *Sobre a Velhice*, *Cartas a Ático*, *Cartas a Bruto*, *Cartas a Quinto*, *Cartas aos familiares*, *Sobre os ofícios* e *Sobre a oratória*.

Uma das fontes mais significativas para o estudo da História de Roma desde a fundação da cidade até os fins da República é a obra de Tito Lívio (59 a.C – 17 d.C.). *História de Roma (Ab Urbe Condita libri)* é uma referência para o estudo desde a fundação da cidade em 753 a.C. até o início do I século d. C. A obra original com 142 livros não foi preservada. O que chegou até os tempos atuais foram 35 livros, apenas uma pequena parte do que teria sido a grandiosa obra de Lívio. Alguns autores discutem sobre a natureza da obra e seu objetivo. No entanto, não há dúvidas sobre as possibilidades de estudo da obra tanto para analisar o momento em que foi produzida a *História de Roma* assim como os costumes e as tradições da Sociedade Romana.

Também se deve ressaltar as contribuições de Júlio César com seu relato sobre a Guerra Gálica (50 a.C.) e a Guerra Civil (? 45 a.C.). Relatos muito importantes para o estudos sobre as práticas políticas e militares, além de proporcionar uma análise sobre a estrutura social romana.

Além destas, também podem ser indicadas as fontes literárias de várias naturezas produzidas no final da República. As comédias de Plauto

(230-280 a.C.) e de Terêncio (185-159 a.C.); as poesias de Quinto Ênio (239-169 a.C.), de Lucrécio (99-55 a.C.), de Catulo (84-54 a.C.), de Horácio (65-8 a.C.) e de Ovídio (43-17 a.C.). Cada uma destas fontes pode proporcionar o estudo dos costumes e das formas de pensar da Sociedade Romana.

Vale ressaltar que as fontes textuais e literárias são mais abundantes na segunda metade da República Romana devido às mudanças das práticas político-administrativas assumidas pelos romanos após a Guerra do Peloponeso. A necessidade de manutenção das informações de instituições políticas como o Senado gera o processo de registro das atividades administrativas anuais. Uma das principais fontes utilizadas por aqueles que se preocupam em escrever as memórias coletivas dos romanos são as atas senatoriais. Também as leis passam a ser escritas e registradas pelo ao Senado, os conhecidos *senatusconsulta*. As inscrições e os registros no Senado também oferecem possibilidades de estudos temáticos sobre a Sociedade Romana.

As fontes literárias passam a ser copiadas e difundidas por toda a extensão territorial que se amplia significativamente nos últimos três séculos da República. As influências gregas a partir do Século III a.C. também podem ser consideradas como fator que determina as mudanças em relação às práticas literárias e à difusão artística entre os romanos, principalmente no que tange ao teatro, à poesia e à filosofia. Esta mesma expansão político-territorial produziu uma cultura material mais diversificada o que leva a uma abundância de possibilidades nos estudos das fontes arqueológicas em suas várias tipologias. Um diferencial significativo é o início da cunhagem das moedas que passam a circular por todo território de domínio romano. A numismática, ciência que estuda os processos de cunhagem de moedas e sua distribuição, é uma das possibilidades para a análise da Sociedade Romana na República.

Império Romano

Para Pierre Grimal (1999), este período inicia-se com a organização do *imperium* romano sobre o Mar Mediterrâneo. O significado para palavra *imperium* assume as relações de poder político-econômico-militar que

Roma passa a representar a partir do seu processo de expansão que inicia-se na península itálica e atinge o todo o Mar Mediterrâneo, o *mare nostrum* para os romanos.

Guarinello sintetiza este processo de forma exemplar:

A criação do Império Romano foi um processo de alianças de cidades da Itália, capitaneado pela mais forte, sobre um mundo urbano enfraquecido por seus conflitos internos e externos. A expansão imperialista teve, portanto, razões estruturais derivadas dos conflitos internos das cidades e do fato de que as maiores podiam resolver os seus próprios conflitos, expandindo-se sobre as menores. Mas, se seu fundamento foi político e militar, a expansão produziu efeitos drásticos sobre o próprio conquistador. (2006, p. 15)

Desta forma, a ampliação da cultura material e imaterial produzida a partir deste processo de expansão gera uma maior abrangência temática e historiográfica. O número de documentos produzidos, e que permaneceram, referentes ao Império Romano é desproporcional aos períodos anteriores. São vários os fatores que determinam esta preservação: a ampla difusão literária, a necessidade de registros administrativos, a produção de cultura material que atenda as novas atividades econômicas, o aumento populacional em grandes centros, a diversidade de culturas unidas pelas práticas imperialistas, as mudanças e os avanços militares, as variações e inovações das atividades culturais, religiosas e sociais e muitos outros elementos. Portanto, devido à grande diversidade de fontes historiográficas decorrentes da cultura material e imaterial com a expansão do Império Romano, a amplitude de possibilidades de fontes para o estudo da Sociedade Romana é significativa. Esta é a justificativa para que se possa entender a razão da grande produção historiográfica sobre o período imperial romano. Outro diferencial gerado pelas mudanças é a ampliação dos locais de produção das fontes. As províncias romanas passam a ser produtoras de culturas e estas também são analisadas para o estudo da Sociedade Romana.

A produção do conhecimento histórico sobre o final da República e os séculos iniciais de nossa é resultado do grande número de documentos textuais e literários amplamente conhecidos e lidos desde o período

medieval. O conhecimento histórico produzido a partir do século XIX sobre Roma foi, em grande parte, resultante da análise desta documentação textual e literária e se tornou determinante para o que se conhece sobre a Sociedade Romana até o momento. As grandes referências clássicas sobre o mundo romano têm como principal objeto de análise, em sua maioria, o período em questão.

A historiografia tem denominado o período correspondente aos dois primeiros séculos do Império Romano como Alto Império ou Principado Romano. As possibilidades de fontes neste período são abundantes. Cada vez mais se têm explorado as potencialidades arqueológicas advindas dos processos de escavações iniciados no século XIX. A análise da cultura material e imaterial resultante dos processos de escavações tem produzidos visões inovadoras sobre a Sociedade Romana. Um dos grandes exemplos desta exploração são as cidades de Pompéia e Herculano soterradas pela erupção do Vesúvio no ano de 79 d.C. As escavações em Pompéia e Herculano propiciaram um grande avanço dos estudos sobre a vida social romana. Os temas ligados ao cotidiano, à religiosidade, à sexualidade, às relações familiares, a alimentação e muitos outros tiveram um avanço significativo com a exploração desta documentação.

Em relação às fontes literárias, a riqueza de variedades e possibilidades de exploração é estendida. O I século d.C. apresenta uma diversidade de fontes aqui apenas exemplificada.

Em relação à escrita da História de Roma e suas tradições, podem ser citados dois nomes significativos: Veleio Patérculo (19 a.C. – 31 d.C.), que escreveu *História Romana* e Tácito (55 – 120 d. C.), que escreveu *Anais* e *História*. Este último autor, Tácito, foi muito mais referenciado que o primeiro. Suas obras apresentam um relato dos Imperadores Augusto a Domiciano.

A poesia pode ser representada por Lucano (39 - 65 d.C.), poeta épico, Juvenal (60 – 140 d.C.), poeta sátiro, e Marcial (38 – 102 d.C.), epigramático. Suas obras podem ser fontes de informações sobre as práticas sociais romanas.

Em relação à produção literária em prosa, há uma variedade de estilo e de temas. Columela (10 – 70 d.C.) escreveu *De Re Rustica*, obra

sobre as práticas agrícolas romanas. Plínio o Velho (23 – 79 d.C.), enciclopedista, escreveu *História Natural*, uma coletânea de verbetes que retratam o conhecimento da natureza. Quintiliano (30 – 95 d.C.), orador e retórico, escreveu a obra *Institutio Oratoria* (95 d.C.). Valério Máximo escreveu *Fatos e Ditos Memoráveis* (31 d.C.). Plínio o Jovem (61 – 114 d.C.), advogado e cônsul, escreveu *Cartas* e *Panegírico de Trajano* (100 d.C.). Sêneca (4 a. C. – 65 d. C.), filósofo estóico, escreveu várias obras como *Questões naturais*, os tratados *Sobre a tranqüilidade da alma*, *Sobre a brevidade da vida* e, talvez sua obra mais profunda, as *Cartas Morais* dirigidas a Lucílio. Petrônio (27 – 66 d.C.), que escreveu *Satyricon*, e Apuleio (125 – 180 d.C.), que escreveu *Metamorfose*, são exemplos de romancistas que satirizam a Sociedade Romana de sua época. Suetônio (69 – 141 d.C.), biógrafo dos imperadores do I século, escreveu *A Vida dos Doze Césares*, obra de referência para estudos sobre as práticas políticas romanas e a vida social.

No III século d.C., inicia-se uma mudança na literatura latina, substituindo-se a “literatura greco-latina” pela “literatura romanocristã”. Esta fase se dá com o Decreto de tolerância do Cristianismo, no ano de 260, que permite aos cristãos manifestar publicamente sua doutrina moral e religiosa. Destacam-se Tertuliano, Minúcio Félix, Cipriano, Arnóbio e Lactâncio, além dos “Padres da Igreja”: Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho.

Todas as fontes citadas neste capítulo foram apenas elencadas para mostrar a riqueza de possibilidades com que o historiador se depara ao se propor a estudar a Sociedade Romana. Vale ressaltar que um dos maiores problemas relacionados às fontes sobre a Antiguidade, e conseqüentemente à História de Roma, é a impossibilidade de se obter análises seriais. As fontes disponíveis muitas vezes se apresentam fragmentadas e incompletas, o que faz com que o historiador busque teorias e metodologias que possibilitem o estudo destas características no intuito de desvelar a Sociedade Romana. Enfim, a História de Roma ainda está para ser escrita a partir das possibilidades do presente.

Referências bibliográficas

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia* (1929-1989). 2ª. Ed.. Trad. Nilo Odália. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

COULANGES, Fustel de. "Histoire des institutions politiques de l'ancienne France", in EHRARD, J. & PALMADE, G.P. *L'Histoire*. 2ª. Ed., A. Colin, 1965.

D'ONÓFRIO, Salvatore. *Literatura Latina. In: Literatura Ocidental – Autores e Obras Fundamentais*. São Paulo. Ática, 2004.

FINLEY, Moses I. *História Antiga: testemunhos e modelos*. Trad. Valter L. Siqueira. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo, Ática, 1988. ("Princípios", 145).

_____. *Análise documental e o estudo da Antiguidade Clássica*. Campinas, UNICAMP, 1995. Primeira Versão, 58.

_____. *Letras e coisas: ensaios sobre a cultura romana*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa, Edições 70, 1993.

GUARINELLO, Norberto. "O Império Romano e Nós". In: SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco. *Repensando o Império Romano*. Vitória/ES, EDUFES, 2006. pp. 13 -20.

HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª. Ed. Trad. Irene Ferreira. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

Sugestões de leituras

Sobre os artefatos arqueológicos, interessante visitar os seguintes sites:

Museu Palatino de Roma:

http://archeoroma.beniculturali.it/museo_palatino/index.htm

Museu da Civilização Romana:

<http://www.museociviltaromana.it/>

Museu Capitolino:

<http://www.museicapitolini.org/>

Museu do Mercado de Trajano e Fóruns Imperiais:

<http://www.mercatiditraiano.it/>

Reconstituições virtuais de algumas ruínas romanas:

<http://www.capitolium.org/eng/virtuale/virtuale.htm>

Mapas sobre Roma Antiga:

<http://www.ucm.es/info/antigua/Cartografia/roma1.htm>

Livros que poderão ser usados para aprofundamentos sobre os temas indicados neste capítulo:

BEARD, Mary e HENDERSON, John. *Antigüidade Clássica*. Uma brevíssima introdução. trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia* (1929-1989). 2ª. Ed.. Trad. Nilo Odália. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

FINLEY, Moses I. *História Antiga: testemunhos e modelos*. Trad. Valter L. Siqueira. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

Atividades propostas

A frase “A História é mestre da vida”, de Cícero, foi utilizada frequentemente no decorrer dos tempos. Reflita, a partir da leitura realizada deste capítulo, sobre a concepção de História e as sua função social.

Algumas datas essenciais**Monarquia (753 a 509 a.C.)**

753 Fundação de Roma, Primeiras cabanas no Monte Palatino

600 A área do Fórum é drenada, Primeiras inscrições latinas
616-579 Tarquínio Prisco
579-543 Sêrvio Túlio
543-509 Tarquínio Soberbo, Construção do Templo Capitolino

República (509 a.C. a 27 a.C.)

509 Expulsão dos Reis Etruscos
494 Disputa entre plebeus e patrícios pelos direitos, Construção de novos templos
450 Primeira lei: as Doze Tábuas
390 Roma é saqueada pelos Gauleses
378 Construção dos muros da cidade, Romanização da Itália
338 Ampliação da cidadania Romana
312 Construção da Via Apia
287 Término da disputa com os patrícios
280 Começa a cunhagem de moedas
272 Roma assume o controle de toda a Itália
264-241 Primeira Guerra Púnica (contra Cartago): Roma conquista a Sicília, Primeiras lutas de gladiadores
218-201 Segunda Guerra Púnica: Aníbal é derrotado: 206 – A Espanha é dividida em duas províncias Romanas
214-167 Guerras Macedônicas, Helenização da Sociedade Romana; Comédias de Plauto e Terêncio; Poesias de Enio
197-133 Guerras na Espanha
149-146 Terceira Guerra Púnica: Cartago é destruída, A África torna-se uma província Romana
148 A Macedônia torna-se uma província romana
133 A Ásia é convertida numa província romana; estatutos da terra de Tibério Graco
123-122 Leis de Caio Graco
113-101 Guerra contra a Cimbria
107-86 Sete Consulados de Mário;
104 Reformas do exército
91-87 Guerra Social; a cidadania romana é estendida a toda a Itália
88-85 Primeira Guerra Mitridática
82-81 Ditadura de Sula: proscições, reformas; surgimento de Pompéia
73-71 Revolta de Espártaco
73-63 Terceira Guerra Mitridática
63 Consulado de Cícero; Conspiração de Catilina
60 'Primeiro Triunvirato' (Pompeu, César, Crasso)
58-50 César conquista a Gália;
55 – 54 Expedições a Bretanha, Discursos, Tratados e Cartas de Cícero; Poesias de Catulo e Lucrécio; Histórias de César;
55 Teatro de Pompéia
49-45 César ganha a Guerra Civil contra Pompeu e os Republicanos
46 Fórum de César
44 Assassinato de César
43 'Segundo Triunvirato' (Antônio, Otávio, Lépido); proscições, assassinato de Cícero
39 *Histórias* de Salústio, *Éclogas* de Virgílio
32-31 Otávio ganha a Guerra Civil contra Marco Antônio;
31 Fim da Guerra do Ácio
30 Morte de Marco Antônio
29 *Geórgicas* de Virgílio

O Império (27 a.C. a 476 d.C.)

27 Otávio torna-se o primeiro imperador Augustus, Panteão de Agripa
19 *Eneida* de Virgílio, Poesias de Horácio, Tibullus, Propertius, Ovídio; *Histórias* de Tito Lívio
16 a.C. -6 d.C. Conquista das províncias do Danúbio
13 Teatro de Marcelo
9 Ara Pacis Augustae
2 Fórum de Augusto

1 d.C. – Nascimento de Cristo

9 Derrota de Varo
14 Morte de Augusto, *Res Gestae* de Augusto
14-37 Tibério, Vida e Morte de Cristo
37-41 Calígula
41-54 Cláudio
43 Conquista da Bretanha
54-68 Nero, Tratados e Tragédias de Sêneca; Poesias de Persius e Lucano; *Satyricon* de Petronio
60-61 Revolta de Boadiceia
64 Incêndio de Roma; primeiras perseguições aos Cristãos
66-70 Revolta dos Judeus
68-69 Galba, Oto, Vitellius
69-79 Vespasiano, *Histórias* e Tratados de Plínio o Velho
79 Erupção do Vesúvio (Soterramento de Herculano e Pompéia)
80 Coliseu
79-81 Tito
81-96 Domício, Epigramas de Marcial, Retórica de Quintiliano
96-98 Nerva, *Histórias* de Tácito, Cartas de Plínio o Jovem, Sátiras de Juvenal
98-117 Trajano
107 Conquista da Dácia
112 Fórum de Trajano
117-138 Adriano
122 Biografias de Suetônio
138-161 Antonino Pio
142 Muralhas de Adriano, Muralhas Antoninas, Novelas e Oratória de Apuleio; as Leis de Caio
161-180 Marco Aurélio
180-192 Cômodo
193-235 Dinastia Severiana
212 Caracala estende a cidadania romana a todos os habitantes livres do império
216 Banhos de Caracala
260 Decreto de Tolerância do Cristianismo
271 Muralha de Aureliano
272 A Dácia é cedida aos Gôdos
284-305 Diocleciano
293 Estabelecimento da Tetrarquia
307-337 Constantino I
312 Derrota de Maxentio na Ponte Milvio
315 Arco de Constantino
324 Fundação de Constantinopla
410 A Bretanha se defende sozinha
455 Os Vândalos saqueiam Roma
476 Queda do Império Romano do Ocidente

Glossário

Empírico – baseado em experiências.

Erudição – instrução vasta e variada adquirida com a leitura.

Filologia – ciência que estuda a língua e suas modificações.

Informações sobre a autora

Docente de História Antiga da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Assis, desde o ano de 2002. É graduada e cursou mestrado e doutorado na mesma instituição em que leciona. Sua dissertação de Mestrado foi “Poder e Mito: o Principado sob a perspectiva literária latina (uma leitura de Suetônio, Tácito e Plínio o Jovem)” defendida em 1996. Sua tese de Doutorado foi intitulada “Princeps e Basileus nos Discursos de Dion Crisóstomo” defendida em 2001 sob a orientação do Dr. Ivan Esperança Rocha. Leciona no Ensino Superior desde 1995 e atualmente desenvolve o projeto de pós-doutorado com o título “O Pensamento Mítico e Filosófico em Dion Crisóstomo” junto à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.